

FUNDAÇÃO UEZE ELIAS ZAHRAN

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

FUNDAÇÃO UEZE ELIAS ZAHRAN

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Quotistas da
Fundação Ueze Elias Zahran
Campo Grande - MS

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Ueze Elias Zahran** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação Ueze Elias Zahran** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **Fundação Ueze Elias Zahran**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campo Grande, 31 de março de 2021.

FUNDAÇÃO UEZE ELIAS ZAHRAN

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	209.915	20.219	Fornecedores		84	7.158
Contas a receber		5.000	5.000	Convênios a realizar	6	200.000	1.538
Despesas antecipadas		95	249	Obrigações trabalhistas	7	22.768	22.162
Impostos a recuperar		251	251	Obrigações tributárias		1.324	1.280
		<u>215.261</u>	<u>25.719</u>			<u>224.176</u>	<u>32.138</u>
Não circulante				Não circulante			
Impostos a recuperar		127	127	Outras contas a pagar		369	-
Imobilizado	5	12.329	15.050			<u>369</u>	<u>-</u>
Intangível		200	200	Patrimônio líquido	8		
		<u>12.656</u>	<u>15.377</u>	Patrimônio social		3.372	8.958
						<u>3.372</u>	<u>8.958</u>
Total do ativo		<u><u>227.917</u></u>	<u><u>41.096</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>227.917</u></u>	<u><u>41.096</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO UEZE ELIAS ZAHRAN

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em Reais)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	9	788.513	925.882
Custo dos projetos sociais	10	(544.882)	(657.702)
Resultado operacional bruto		243.631	268.180
Despesas / receitas operacionais			
Despesas com pessoal	11	(115.418)	(111.641)
Depreciação e amortização		(1.359)	(1.381)
Despesas gerais e administrativas	12	(123.118)	(156.080)
		(239.895)	(269.102)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas		3.736	(922)
Resultado financeiro líquido	13	(9.322)	(8.841)
Déficit do exercício		(5.586)	(9.763)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO UEZE ELIAS ZAHRAN

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Déficit do exercício	(5.586)	(9.763)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(5.586)</u>	<u>(9.763)</u>
Total do resultado abrangente atribuível a:		
Entidade	<u>(5.586)</u>	<u>(9.763)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO UEZE ELIAS ZAHRAN

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em Reais)

	Superávit líquidos/(déficits) acumulados		Total do patrimônio social
	De exercícios anteriores	Do exercício	
Saldos em 01 de janeiro de 2019	18.721	-	18.721
Déficit do exercício	-	(9.763)	(9.763)
Transferencia do déficit do exercício	(9.763)	9.763	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.958	-	8.958
Déficit do exercício	-	(5.586)	(5.586)
Transferencia do déficit do exercício	(5.586)	5.586	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.372	-	3.372

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO UEZE ELIAS ZAHRAN

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Déficit do exercício	(5.586)	(9.763)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação	2.476	8.210
Baixa do ativo imobilizado	245	-
	<u>(2.865)</u>	<u>(1.553)</u>
Aumento líquido/(diminuição) das contas de ativo e passivo		
Despesas antecipadas	154	(249)
Fornecedores	(7.074)	3.057
Convênios	198.462	1.538
Obrigações trabalhistas	606	(3.152)
Obrigações tributárias	44	(413)
Outras contas a pagar	369	-
	<u>192.561</u>	<u>781</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	-	(2.570)
Caixa líquido das atividades de investimentos	-	(2.570)
	<u>189.696</u>	<u>(3.342)</u>
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.219	23.561
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	209.915	20.219

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO UEZE ELIAS ZAHRAN

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional

A Fundação Ueze Elias Zahran “Entidade” ou “Fundação” foi criada em 03 de março de 1998, com sede na cidade de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul. Os objetivos da Fundação são promover e divulgar atividades de caráter técnico-científico, educativas, culturais, artísticas, filantrópicas, esportivas e comunitárias; manter cursos educacionais de qualquer nível e organizar congressos, simpósios e outros certames que visam a difundir matérias ligadas à educação e à cultura; e firmar convênios com estabelecimentos de ensino ou Órgão do Ministério da Educação e Cultura com a finalidade de realizar cursos de caráter educativo e cultural. Excluído qualquer fim lucrativo, a Fundação aplicará todos os recursos que obtiver, com o desenvolvimento de suas atividades, na realização de seus objetivos altruísticos, educacionais, culturais e esportivos. A Fundação possui isenção tributária conforme Lei nº 9.532/97. Em 2014, houve crescimento do Projeto Musicalidade, agregando um número maior de participantes (crianças), e houve a diversificação das modalidades de ensino oferecidas por meio de aquisição de outros instrumentos, além dos já lecionados, a fim de ampliar o desenvolvimento daqueles que participam deste projeto.

Em 2015 houve a inclusão do Projeto Sócio Cultural “Orquestra Infantil Indígena de Campo Grande” que visa a inserção social de crianças e adolescentes indígenas por meio da música. Executado na Aldeia Indígena Urbana Darci Ribeiro, do Jardim Noroeste, em Campo Grande-MS.

Em 2019 houve a inclusão do Projeto Pontos Cardeais de Campo Grande/MS, com o intuito de criar um Coral Feminino Infanto Juvenil nas regiões Norte, Sul, Leste e Oeste de Campo Grande/MS, propiciando a inserção social de crianças e adolescentes carentes por meio de Oficinas de Canto gratuitamente.

Em 2019 houve a criação do Projeto Orquestra Infanto-Juvenil Grupo Zahran, que tem como finalidade realizar 10 (dez) apresentações culturais em 10 (dez) bairros carentes de Campo Grande/MS, sendo que as apresentações serão realizadas por meio da “Orquestra Infanto-Juvenil Grupo Zahran”.

Em 2020 os projetos ficaram prejudicados devido a Pandemia, a maior parte parada ou não reiniciada, somente o Projeto Orquestra Infantil Indígena de Campo Grande está sendo realizado, online e/ou através do *Youtube*, o restante sendo aguardado Decreto Municipal de Campo Grande autorizando o início das atividades presenciais nas ONG’s.

O orçamento aprovado da Fundação para o ano de 2021 assegura a continuidade de suas operações em níveis equivalentes aos realizados nos anos anteriores.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Resolução CFC 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Entidade em 31 de março 2021.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que exigem que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos afetados. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

As principais estimativas são relacionadas com a determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado, perdas esperadas com créditos, provisões para desembolsos originados de processos administrativos e judiciais.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1. Ativos financeiros

a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“FVTPL”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Empresa pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Empresa estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Empresa avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Empresa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Empresa transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repassa”; e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Empresa não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Empresa tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Empresa com esse ativo.

3.2.2. Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração:

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Empresa, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores, convênios a realizar e outras contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Mensuração subsequente:

Após o reconhecimento inicial, fornecedores, convênios a realizar e outras contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c) Custos de empréstimos:

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Empresa incorre em conexão com a captação de recursos.

d) Desreconhecimento de passivos financeiros:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.3. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Entidade;
- Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil fiscal de cada componente; com exceção dos ativos classificados como benfeitorias em imóveis de terceiros, que são depreciadas as taxas dos contratos de aluguel. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

3.4. Intangível

Programas de computador (software)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil.

3.5. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

3.6. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC PME e consideram premissas definidas pela administração da Entidade e seus assessores jurídicos:

- **Ativos contingentes** - Trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- **Passivos contingentes** - Decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça.

3.7. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

3.8. Reconhecimento de receita

A receita é registrada com base no regime de competência e compreende o valor justo das realizações de valores dos convênios, conforme os gastos sejam incorridos, bem como no momento do recebimento das subvenções e doações recebidas.

3.9. Trabalho voluntário

As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Fundação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na Resolução CFC 2015/ITG2002 Interpretação (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro, a Fundação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração.

As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais.

3.10. Resultado financeiro líquido

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor presente de ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias, as despesas com juros e impostos incidentes sobre empréstimos.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre atraso de clientes.

FUNDAÇÃO UEZE ELIAS ZAHRAN

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa geral	2.241	1.232
Contas correntes (a)	207.674	17.449
Aplicações financeira	-	1.538
	209.915	20.219

(a) Do contas correntes, o montante de R\$ 200.000, refere-se ao recurso recebido vinculado ao projeto oficina de canto.

5. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Custos	Depreciação acumulada	2020 líquido	2019 líquido
Benfeitorias em propriedades de terceiros	4%	20.494	(13.150)	7.344	8.163
Aparelhos e máquinas	10 e 20%	29.109	(27.800)	1.309	1.825
Móveis e utensílios	10%	7.665	(6.744)	921	1.500
Equipamentos de informática	20%	12.037	(11.260)	777	1.069
Geradores	10%	4.460	(4.460)	-	-
Instrumentos Musicais	20%	75.751	(73.773)	1.978	2.493
		149.516	(137.187)	12.329	15.050

Movimentação:

	2019	Aquisição	Baixa	2020
Custo:				
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20.494	-	-	20.494
Aparelhos e máquinas	30.459	-	(1.350)	29.109
Móveis e utensílios	8.342	-	(677)	7.665
Equipamentos de informática	12.037	-	-	12.037
Geradores	4.460	-	-	4.460
Instrumentos Musicais	75.751	-	-	75.751
	151.543	-	(2.027)	149.516
Depreciação:				
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(12.331)	(819)	-	(13.150)
Aparelhos e máquinas	(28.634)	(516)	1.350	(27.800)
Móveis e utensílios	(6.842)	(334)	432	(6.744)
Equipamentos de informática	(10.968)	(292)	-	(11.260)
Geradores	(4.460)	-	-	(4.460)
Instrumentos Musicais	(73.258)	(515)	-	(73.773)
	(136.493)	(2.476)	1.782	(137.187)
Imobilizado líquido	15.050	(2.476)	(245)	12.329

6. Convênios a realizar

A seguir apresentamos os projetos em andamento no exercício, recursos recebidos pela Fundação bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

FUNDAÇÃO UEZE ELIAS ZAHRAN

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais)

	2019	Valores recebidos	Consumo	2020
Projeto pontos cardeais de Campo Grande	1.538	-	(1.538)	-
Projeto Oficinas de Canto	-	200.000	-	200.000
	<u>1.538</u>	<u>200.000</u>	<u>(1.538)</u>	<u>200.000</u>

- **Valores recebidos** - referem-se aos montantes recebidos ou captados para a realização dos projetos;
- **Consumo** - refere-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social;

7. Obrigações trabalhistas

	2020	2019
Provisão de férias e encargos	19.568	19.098
INSS a recolher	2.315	2.206
FGTS a recolher	760	736
PIS sobre folha a recolher	125	122
	<u>22.768</u>	<u>22.162</u>

8. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Fundação foi formado pelas doações recebidas e pelos superávits e déficits acumulados, transferidos para o patrimônio social. Em 2020 o patrimônio líquido da Fundação é de R\$ 3.372 (2019 R\$ 8.958).

Os eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, auferidos mediante o exercício de suas atividades, não são distribuídos a nenhum instituidor, conselheiro, funcionário, diretor, benfeitor ou equivalente, ou a qualquer outra pessoa física ou jurídica, aplicando a integralidade de suas receitas e recursos e eventual resultado operacional no território nacional, no desenvolvimento de seu objeto social.

No caso de extinção da Fundação, o Conselho de Curadores, sob acompanhamento do órgão competente do Ministério Público, procederá à sua liquidação, realizando as operações pendentes, a cobrança e o pagamento das dívidas e todos os atos de disposições que estimem necessários. Terminado o processo, o patrimônio residual da Fundação será revertido integralmente, para outra entidade de fins congêneres, portadora do Título de Utilidade Pública Federal, a critério do Conselho de Curadores.

FUNDAÇÃO UEZE ELIAS ZAHRAN

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais)

9. Receita operacional líquida

	2020	2019
Doações recebidas	617.599	547.540
Fundação Nacional das Artes	-	200.000
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul	60.000	45.000
Energisa MS S.A. / Avante Energias	5.000	25.000
Taxa Matrícula Curso de Informática	-	4.000
Receita com trabalho voluntário (a)	105.914	104.342
	<u>788.513</u>	<u>925.882</u>

- (a) Os membros dos conselhos de curadores e fiscal e dos comitês de comunicação e de investimentos exercem suas atividades de forma voluntária, sem receber nenhuma remuneração e/ou benefícios.

10. Custo dos projetos sociais

As despesas incorridas são empregadas na medida de execução dos projetos. Em 31 de dezembro de 2020, os principais projetos e despesas estão apresentados da seguinte forma:

- **Bolsa de Estudo:** a finalidade é a promoção da formação escolar e acadêmica dos empregados das entidades do Grupo Zahran, preparando-os para um melhor desenvolvimento de suas funções;
- **Projeto Musicalidade:** o projeto tem por objetivo promover através da música um instrumento facilitador da inclusão social para crianças de 06 a 14 anos, destacando o ensino coletivo de instrumentos no meio social onde vivem. Em 22 de outubro de 2018 houve a inclusão do Projeto Sócio Cultural “Orquestra Infantil Indígena de Campo Grande” que visa a inserção social de crianças e adolescentes indígenas por meio da música. Executado na Aldeia Indígena Urbana Darci Ribeiro, do Jardim Noroeste, em Campo Grande-MS;
- **Projeto Pontos Cardeais em Campo Grande/MS:** tem como finalidade criar um Coral Feminino Infante Juvenil nas regiões Norte, Sul, Leste e Oeste de Campo Grande/MS, propiciando a inserção social de crianças e adolescentes carentes por meio de Oficinas de Canto gratuitamente;
- **Contribuições a entidades:** referem-se a contribuições mensais às entidades sem fins lucrativos, como exemplo; “Sociedade Educacional Juliano Fernandes Varela”:

FUNDAÇÃO UEZE ELIAS ZAHRAN

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais)

2020						
Descrição	Bolsa de estudo	Curso de informática	Projeto musicalidade	Contribuições a entidades	Projeto Orquestra Infanto-Juvenil	Total
Patrocínios	468.290	-	-	-	-	468.290
Cursos e treinamentos	-	-	56.000	-	7.400	63.400
Materiais	-	-	6.000	-	-	6.000
Depreciação	-	603	514	-	-	1.117
Doações a Entidades	-	-	-	6.075	-	6.075
	468.290	603	62.514	6.075	7.400	544.882

2019							
Descrição	Bolsa de estudo	Curso de informática	Projeto musicalidade	Contribuições a entidades	Projeto Pontos Cardeais	Projeto Orquestra Infanto-Juvenil	Total
Patrocínios	376.998	-	-	-	-	-	376.998
Cursos e treinamentos	-	600	45.000	-	165.000	14.800	225.400
Lanches e Refeições	-	-	-	-	19.200	1.956	21.156
Materiais	-	-	510	-	-	800	1.310
Depreciação	-	609	6.220	-	-	-	6.829
Despesas diversas	-	819	1.321	-	15.800	644	18.584
Doações a Entidades	-	-	-	7.425	-	-	7.425
	376.998	2.028	53.051	7.425	200.000	18.200	657.702

FUNDAÇÃO UEZE ELIAS ZAHRAN

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais)

11. Despesas com pessoal

	Despesas com pessoal - própria	
	2020	2019
Salários e ordenados	66.799	64.831
Encargos sociais	28.695	27.990
13º salário e encargos	6.282	6.131
Férias e encargos	8.527	8.472
Outras despesas	5.115	4.217
	115.418	111.641

12. Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Transporte	75	454
Infraestrutura	11.253	31.380
Comunicação	1.784	4.586
Serviços de terceiros	1.406	4.445
Despesa com transporte	245	-
Materiais	15	438
Manutenção	76	458
Lanches e refeições	-	3.481
Outras despesas administrativas	2.350	6.496
Trabalho voluntário	105.914	104.342
	123.118	156.080

13. Resultado financeiro líquido

	2020	2019
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	140	29
	140	29
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(9.445)	(8.870)
Despesas com juros e multas	(17)	-
	(9.462)	(8.870)
	(9.322)	(8.841)

14. Certificados, imunidades e isenções

O Diário Oficial da União de 20 de abril de 2000 declarou a Fundação como entidade de Utilidade Pública Federal. A Fundação foi declarada Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 2.236 de 29 de maio de 2001 e foi certificada como Utilidade Pública Municipal pelo Lei Municipal nº 3.854 de 08 de maio de 2001.

FUNDAÇÃO UEZE ELIAS ZAHRAN

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais)

A Fundação obteve imunidade do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit por meio da Lei nº 9.532 e em conformidade com o artigo 12 da Constituição Federal.

PIS

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

COFINS e ISS

Por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS e ISS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03.

15. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Fundação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, incidentes sobre a receita (ISS de 5% e PIS/COFINS 3,65% - regime cumulativo deduzido do PIS folha de pagamento recolhido no exercício); e incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%).

16. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Entidade está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos acima, os objetivos da Entidade, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Reais)

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Entidade, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Entidade, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade. A Entidade, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Caixa e equivalentes de caixa

A Entidade tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, os quais são consideradas de primeira linha.

Exposição ao risco de liquidez

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados a seguir:

	Valor Contábil	Até 12 meses	13 a 24 meses
Fornecedores	84	84	-
Outras contas a pagar	369	-	369
	<u>453</u>	<u>84</u>	<u>369</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados da Entidade ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

FUNDAÇÃO UEZE ELIAS ZAHRAN

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Reais)**

17. Seguros (não auditado)

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

**Antonio Carlos Moreira Turqueto
Diretoria
Diretor Presidente Conselho Diretor**

**Vanderley Mazine
Tesoureiro**

**Roberto Mascarenhas da Cruz
Contador
CRC-MS 005576/O-1**